

2

Pressupostos teóricos

O suporte teórico de nossa pesquisa se fundamenta nas considerações de Neves (2000) num trabalho que representa um dos poucos estudos em língua portuguesa acerca da categoria **tempo** e de suas relações com outras circunstâncias adverbiais que se preocupam em ir além de definições vagas e de meras explicações sobre o emprego de cada um dos tempos verbais.

A autora se empenha na investigação das diferentes relações de tipo lógico-semântico que se estabelecem entre a chamada oração principal e a oração adverbial introduzida pelo **quando**.

Também significam preciosa contribuição ao despertar de nossas indagações os estudos semânticos em relação à categoria **tempo** desenvolvidos por Maria Helena Mira Mateus et al., (2003)⁷ e Maria Henriqueta Costa Campos e Maria Francisca Xavier⁸ (1991). Ambas as obras vão igualmente a fundo nas questões semânticas ligadas à expressão do tempo na língua portuguesa.

Observamos, nos estudos citados, que as construções adverbiais introduzidas pelo **quando** podem apresentar variações significativas no que se refere à presença efetiva da noção de tempo. Em alguns casos, notamos que tal noção é, de fato, a única expressa pelo enunciado, ou seja, a frase em questão não aponta outras circunstâncias além da menção ao tempo. Em outras ocorrências, percebemos que, ao lado da noção temporal, podem coexistir relações semânticas indicadoras de condição, causa e concessão. E, ainda, encontramos construções em que, apesar da utilização da conjunção **quando** na oração adverbial, não há sentido temporal algum em questão, tratando-se de enunciados que se referem a asserções de caráter geral, portanto atemporais, ou de frases que indicam habitualidade também sem referência temporal precisa – na maioria das vezes veremos que a relação expressa é a de quantificação de um determinado tipo de evento que se repete no tempo (tempo freqüentativo).

⁷MIRA MATEUS, M.H et al., *Gramática da língua portuguesa*, Lisboa: Caminho, 2003.

⁸COSTA CAMPOS, M.H e XAVIER, M. F., *Sintaxe e semântica do português*, Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

Diante desta perspectiva, julgamos pertinente mencionar que nossa abordagem se apóia na hipótese de que o estudo da língua em uso nos leva, necessariamente, a seguir um embasamento teórico do qual façam parte critérios discursivos. Assim, a pesquisa se posiciona de acordo com os conceitos da visão funcionalista da linguagem, que se voltam, primordialmente, para a análise das relações entre a língua e as diversas modalidades de interação social.

“En el análisis semântico de una lengua, hay que referirse a la realidad designada para poder establecer de que manera esta lengua la analiza, es decir, cuáles son los rasgos de realidad adoptados como rasgos distintivos de sus significados. Describir una lengua “desde su próprio punto de vista” no significa ignorar las relaciones que se establecen entre esta lengua y la realidad, sino únicamente describirla desde el punto de vista de su análisis de la realidad⁹”.

A língua é, portanto, concebida como um sistema semântico que não se restringe ao significado das palavras, mas se refere, sim, a todo o seu sistema de significados que nos permite interpretá-la através da relação entre as categorias da gramática e da realidade. A frase é analisada a partir de sua perspectiva funcional, sendo reconhecida como unidade passível de análise não somente nos níveis fonológico, morfológico e sintático, mas também no nível do discurso. É no âmbito do texto que se dá a atuação em conjunto de todas as funções linguísticas responsáveis pelo sentido final dos enunciados. Como resume Neves (2002) “na arquitetura do texto, se manifestam funções que devem responder pela orientação semântica do enunciado, bem como pela adequada ancoragem na situação de enunciação¹⁰”.

É a partir desta linha de pensamento que procuramos desenvolver nossas considerações acerca das inúmeras possibilidades de interpretação que as orações adverbiais introduzidas pelo **quando** permitem localizar. A palavra e a frase tomadas isoladamente dos outros elementos discursivos, do sujeito da enunciação e de todas as condições da realidade que as cercam no momento da fala/escrita são elementos insuficientes para determinar o sentido final do enunciado. A mera descrição da estrutura oracional não dá conta do som e do significado da expressão linguística, pois as funções gramaticais não podem ser tomadas como

⁹COSERIU, Eugenio. *Gramática, Semántica, Universales – estudios de lingüística funcional*, p. 196.

¹⁰MOURA NEVES, M.H de., op. cit., p. 122.

ponto de partida para descrever padrões sentenciais. Uma descrição completa há de se basear também em funções de caráter pragmático – referência aos interlocutores e a seus papéis e estatuto dentro da interação determinada socioculturalmente.

“To capture what goes on in language, we need to build on and refine our notions of traditional grammar in several ways. The first is to recognise that words have functions as well as class; how a word functions can tell us much more about the piece of language where it occurs, about the person who chose to use it in that function and about the culture that surrounds the person and the message, than any description of words in terms of class do. (...) Language is much more than a stringing together of words; we need to be able to analyse and describe patterns of language at several levels. Just as some scientists look at slides through microscopes with varying degrees of magnification recognizing units at different levels, such as molecule and cell and organism, so linguists look at language at various levels or on various scales¹¹.”

¹¹BUTT, David et al., *Using functional grammar – an explorer’s guide*, p. 30.